O PATRIMÔNIO COMO CATEGORIA DE PENSAMENTO*

JOSÉ REGINALDO SANTOS GONÇALVES

Gostaria de elaborar algumas reflexões sobre as limitações e as possibilidades que a noção de patrimônio oferece para o entendimento da vida social e cultural.

O estudo das categorias de pensamento é uma contribuição original da tradição antropológica. A história da disciplina é marcada pela descoberta e pela análise de categorias exóticas e aparentemente estranhas ao pensamento ocidental: tabu, mana, sacrifício, magia, feitiçaria, bruxaria, mito, ritual, totemismo, reciprocidade etc.

No caso, estamos focalizando uma categoria não exótica, mas bastante familiar ao moderno pensamento ocidental. Nossa tarefa consiste em verificar em que medida ela está também presente em sistemas de pensamento não modernos ou tradicionais e quais os contornos semânticos que ela pode assumir em contextos históricos e culturais distintos.

Como aprendemos a usar a palavra "patrimônio"?

"Patrimônio" está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra.

---

* Comunicação apresentada na mesa-redonda "Patrimônios emergentes e novos desafios: do genético ao intangível", durante a 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, realizada em Caxambu, em 23 de outubro de 2002.

Muitos são os estudos que afirmam constituir-se essa categoria em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais, o que é correto. Omite-se, no entanto, seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média. A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela. Podemos dizer que a categoria "patrimônio" também se faz presente nas sociedades tribais.

O que estou argumentando é que estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. Sua importância não se restringe às modernas sociedades ocidentais.

A categoria "colecionamento" traduz, de certo modo, o processo de formação de patrimônios. Sabemos que esses, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar domínio subjetivo em oposição ao "outro". O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio (Clifford, 1985; Pomian, 1997).

No entanto, nem todas as sociedades humanas constituem patrimônios com o propósito de acumular e reter os bens reunidos. Muitas são as sociedades cujo processo de acumulação de bens tem como propósito sua redistribuição, ou mesmo sua simples destruição, como é o caso do *kula* trobriandês e do *potlatch*, no Noroeste americano (Malinowski, 1976; Mauss, 1974).

O que se precisa focar nessa discussão, penso, é a possibilidade de transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais. Em outras palavras: como é possível usar essa noção comparativamente? Em que medida ela pode nos ser útil para entender experiências estranhas à modernidade?

Do ponto de vista dos modernos, a categoria "patrimônio" tende a aparecer com delimitações muito precisas. É uma categoria individualizada, seja como patrimônio econômico e financeiro, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético etc.

Nesse sentido, suas qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia, cultura, natureza etc. Sabemos, entretanto, que essas divisões são construções históricas. Pensamos que elas são naturais, que fazem parte do mundo. Na verdade, resultam de processos de transformação e continuam em mudança. A categoria "patrimônio", tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas.

É possível transitar de uma a outra cultura com a categoria "patrimônio", desde que possamos perceber as diversas dimensões semânticas que ela assume e não naturalizemos nossas representações a seu respeito. Em contextos sociais e culturais não modernos, ela coincide com categorias mágicas, tais como mana e outras, e define-se de modo amplo, com fronteiras imprecisas e com o poder especial de estender-se e propagar-se continuadamente.

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre têm atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas carregam, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais. Configuram aquilo que Marcel Mauss (1974) denominou "fatos sociais totais". Tais bens são, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos. O mesmo autor assinalou:

> [...] se a noção de espírito nos pareceu ligada à de propriedade, inversamente esta se liga àquela. Propriedade e força são dois termos inseparáveis; propriedade e espírito se confundem (id., ib., p. 133).

Nos contextos sociais e culturais modernos, esse aspecto mágico não está ausente das representações da categoria "patrimônio", embora esta tenda a ser delineada de modo nítido, separadamente

de outras totalidades. A exemplo do mana melanésio, discute-se a presença ou ausência do patrimônio, a necessidade ou não de preservá-lo, porém não se discute sua existência. Essa categoria é um dado de nossa consciência e de nossa linguagem; um pressuposto que dirige nossos julgamentos e raciocínios.

Ainda que possamos usar a categoria patrimônio em contextos muito diversos, é necessário adotar certas precauções. É preciso contrastar cuidadosamente as concepções do observador e as concepções nativas.

Recentemente, construiu-se uma nova qualificação: o "patrimônio imaterial" ou "intangível". Opondo-se ao chamado "patrimônio *de pedra e cal*", aquela concepção visa a aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais.

Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações.

A iniciativa é bastante louvável, porque representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria "patrimônio", particularmente no Brasil. Ela oferece, também, a oportunidade de aprofundar nossa reflexão sobre os significados que pode assumir essa categoria. Para isso, gostaria de trazer uma experiência recente como pesquisador.

Nos últimos anos, venho realizando pesquisas sobre as Festas do Divino Espírito Santo entre imigrantes açorianos, nos Estados Unidos e no Brasil. Podemos dizer que essas festas constituem um "fato de civilização", no sentido atribuído por Marcel Mauss a esse termo (1981, p. 475-493). Não se restringem a uma determinada área social e cultural, transcendendo fronteiras nacionais e geográficas. É vasta sua área de ocorrência: Açores, Canadá, Estados Unidos (Nova Inglaterra e Califórnia, principalmente) e Brasil (especialmente nas regiões Sul e Sudeste).

Em termos históricos, a manifestação apresenta grande profundidade. Os mitos de origem da festa referem-se à sua criação no século XIII, em Portugal. Mas há referências sobre sua existência na Alemanha e na França, ainda no século XII. Estamos, pois, diante de uma estrutura de longa duração.

Trata-se, também, de um "fato social total", na medida em que envolve arquitetura, culinária, música, religião, rituais, técnicas, estética, regras jurídicas, moralidade etc., o que suscita algumas questões relativamente voltadas às concepções de patrimônio. Em especial pelo fato de essas diversas dimensões não aparecerem, do ponto de vista nativo, como categorias independentes. Evidenciam-se de modo simbólico, totalizadas pelo Divino Espírito Santo. Este, por sua vez, é representado não exatamente como a terceira pessoa da Santíssima Trindade, mas como uma entidade individualizada e poderosa.

Essas festividades são exemplo do que poderíamos chamar de "patrimônio transnacional". Todavia, classificar essa festa como patrimônio exige cautela. É preciso reconhecer algumas nuanças nas representações do que se pode entender por patrimônio.

É bem verdade que são as próprias lideranças açorianas que falam de um "patrimônio açoriano" ou da *açorianidade*. Mas esse uso está distante das concepções assumidas pelos devotos do Espírito Santo em sua vida cotidiana. A diferença fundamental encontra-se precisamente no uso das categorias "espírito" e "matéria", que são diversamente concebidas por intelectuais e lideranças açorianas, pelos padres da Igreja Católica e pelos devotos.

Do ponto de vista dos devotos, a coroa, a bandeira, as comidas, os objetos (todo esse conjunto de bens materiais que integram a festa são propriedade das irmandades) são, de certo modo, manifestações do próprio Espírito Santo. Do ponto de vista dos padres, são apenas "símbolos" (no sentido de que são matéria e não se confundem com o espírito). Na visão dos intelectuais, são apenas representações materiais de uma "identidade" e de uma "memória" étnicas. Sob essa ótica, as estruturas materiais que poderíamos classificar como patrimônio são, primeiramente, boas para identificar.

As classificações dos devotos são estranhas a tal concepção de patrimônio. Do ponto de vista deles, trata-se fundamentalmente de uma relação de troca com uma divindade. E, de acordo com essa concepção total, culinária, objetos, rituais, mitos, espírito, matéria, tudo se mistura. Sabemos do caráter fundador dessas relações de troca com os deuses. Segundo Marcel Mauss (1974, p. 63), foi com eles que os seres humanos primeiro estabeleceram relações de troca, uma vez que aqueles eram "os verdadeiros proprietários das coisas e dos bens do mundo".

Como podemos usar adequadamente, em contextos como esses, a categoria "patrimônio"? É possível ali, certamente, identificar estruturas espaciais, objetos, alimentos, rezas, mitos, rituais nessa categoria. Mas é preciso não naturalizá-la e impor àquele conjunto um significado peculiar e estranho ao ponto de vista nativo.

Há uma diferença básica que reside no modo como é representada a oposição entre matéria e espírito. Sabemos que a concepção de uma matéria depurada de qualquer espírito é uma construção moderna (id., ib., p. 163). O mesmo acontece com um espírito, independentemente de toda e qualquer materialidade. Não é a partir dessa dicotomia que pensam os devotos. É necessário levar em conta esse fato, se quisermos entender a concepção nativa de patrimônio.

É possível preservar uma "graça" recebida? É possível tombar os "sete dons do Espírito Santo"? Certamente não. Mas é possível, sim, preservar, por meio de registros e acompanhamento, lugares, objetos, festas, conhecimentos culinários etc. É nessa direção que caminha a noção recente de "patrimônio intangível", nos recentes discursos brasileiros acerca de patrimônio.

É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos. De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura. Segundo ela, a ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas. A categoria "intangibilidade" talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a referida moderna noção antropológica de cultura. Ou, mais precisamente, ao afastamento

dessa disciplina, ao longo do século XX, do estudo de objetos materiais e técnicas (Schlanger, 1998). Não por acaso, são antropólogos muitos dos que estão à frente daquele projeto de renovação ou ampliação da categoria patrimônio.

Do ponto de vista dos devotos, o patrimônio é pensado não exatamente como um símbolo de realidades espirituais, nem, necessariamente, como representações de uma identidade étnica açoriana. Na verdade, ele é pensado como formas específicas de manifestação do Divino Espírito Santo.

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas.

Vale sublinhar que esses diversos significados não se excluem. As mesmas pessoas podem operar ora com um, ora com outro significado, como no caso da "coroa do divino", um elemento extremamente importante desse patrimônio. Exposta num museu, estabelece a mediação entre os visitantes e a "cultura açoriana", torna visível essa dimensão do "invisível" (Pomian, 1997). Numa irmandade religiosa, circula entre os irmãos, está presente em festas e cerimônias, nos almoços rituais, manifestando concretamente a presença do Espírito Santo, fazendo uma mediação sensível entre a divindade e seus devotos. No último contexto, não se trata de uma simples coroa de prata. No contexto de uma exposição museológica, é um objeto cultural, parte do chamado "patrimônio açoriano", aqui entendido em seu sentido estritamente moderno.

A originalidade da contribuição dos antropólogos à construção e ao entendimento da categoria "patrimônio" reside, talvez, na ambiguidade da noção antropológica de cultura, permanentemente exposta às mais diversas concepções nativas. Explorando essa direção de pensamento, é a própria categoria patrimônio que vem a ser

pensada etnograficamente, tomando-se como referência o ponto de vista do outro. Pergunta-se: em que medida essa categoria é útil para entender outras culturas? Em que medida permite entender o universo mental e social de outras populações?

Marcel Mauss (1974, p. 205) dirigia aos antropólogos a famosa recomendação:

> [...] antes de tudo, [é necessário] formar o maior catálogo possível de categorias; é preciso partir de todas aquelas das quais é possível saber que os homens se serviram. Ver-se-á então que ainda existem muitas luas mortas, ou pálidas, ou obscuras no firmamento da razão.

Estamos certamente diante de uma dessas categorias. É necessário comparar os diversos contornos semânticos que ela pôde e poderá ainda assumir no tempo e no espaço. Contudo, no cumprimento dessa tarefa, é importante assinalar que nos situamos num plano distinto das discussões de ordem normativa e programática sobre o patrimônio. Não poderemos responder qual a melhor opção em termos de políticas de patrimônio. Mas, apontando para a dimensão universal dessa noção, talvez possamos iluminar as razões pelas quais os indivíduos e os grupos, em diferentes culturas, continuem a usá-la. Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria "patrimônio", em suas variadas representações, parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural. Ao que parece, estamos diante de um problema bem mais complexo do que sugerem os debates políticos e ideológicos sobre o tema do patrimônio.

Referências

CLIFFORD, J. Objects and selves: an afterword. In: STOCKING, G. (org.) *Objects and others*: essays on museums and material culture. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo: Abril, 1976. Col. Os Pensadores.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca em sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.

_____. Civilizações: elementos e formas. In: *Ensaios de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

POMIAN, K. Coleção. In: RUGGIERO, R. Enciclopédia Einaudi: *Memória-história*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. v. 1, p. 51-87.

SCHLANGER, N. The study of techniques as an ideological challenge: technology, nation, and humanity in the work of Marcel Mauss. In: JAMES, W.; ALLEN, N.J. (orgs.) *Marcel Mauss*: a centenary tribute. Nova York/Oxford: Berghan Books, 1998.